



Dos Valores *de* Medida aos Valores *como* Medida: Uma avaliação axiológica da avaliação acadêmica

*André Luis de Oliveira Mendonça*¹

Para Antonio Augusto Passos Videira, o amigo e professor que me tornou mestre.

Para Leandro Augusto Pires Gonçalves, o amigo e aluno que me tornou aprendiz.

Resumo

Neste artigo, objetivamos empreender uma avaliação acerca de uma das questões mais problemáticas atreladas ao chamado produtivismo acadêmico, a saber: a avaliação dos programas de pós-graduação. Para a consecução dessa difícil tarefa, eu recorro à analogia com o caso clínico e, assim, faço um diagnóstico da situação crítica atual em que vivemos nas universidades, seguido de um exame dos seus sintomas e auscultação das suas causas, além de recomendar, ao final, uma espécie de tratamento alternativo. Desse modo, meu argumento se desenvolve na seguinte sequência: diagnóstico: Síndrome da Ostensiva Mercantilização Acadêmica (SOMA); sintomas: inversão de valores, corrosão do caráter, sofrimento etc.; causas: mercantilização da vida em geral e da universidade em particular; tratamento: doses regulares e ininterruptas de valores, na acepção mais ampla da palavra.

Palavras-Chave: Avaliação. Mercantilização. Produtivismo. Universidade. Valores.

Abstract

In this article, we aim to attempt an evaluation of one of the most problematic issues linked to the so-called academic productivity: the assessment of the postgraduate programs. For performing this tough task, I go through the analogy with the clinic case; thus, I make a diagnostic of the current critical situation we experience in the universities, followed an exam of its symptoms and the auscultation of its origins, besides suggesting a kind of alternative treatment. Thus, my argument develops in the following sequence: diagnostic: syndrome of the ostensive academic mercantilism; symptoms: inversion of the

¹ André Luis de Oliveira Mendonça é professor adjunto do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ). E-mail: alomendonca@gmail.com

values, corrosion of the character, suffering; causes: mercantilism of life in general and of the university in particular; treatment: regular doses and uninterrupted values, in the true sense of the word.

Keywords: Evaluation. Mercantilism. Productivity. University. Values.

Neste ensaio, eu me ocupo de um problema que afeta docentes e discentes das instituições acadêmicas (obviamente, os funcionários em geral também não estão imunes a certos efeitos do “fenômeno”), a saber: a avaliação dos programas de pós-graduação. Apesar de à primeira vista parecer ser uma questão bastante pontual e específica, o que quero defender é a tese da vinculação da avaliação com o contexto político-econômico mais amplo – o de mercantilização de todas as coisas, incluindo saúde e educação, ao qual estamos todos atados². Para abordar essa temática assaz perturbadora, eu recorro aqui à analogia com o caso clínico, que, vale ressaltar, mostrar-se-á, às vezes, inoportuna; isso porque, dentre os tópicos discutidos, eu farei referência à situação real e concreta de adoecimento e sofrimento dos docentes, e não apenas em sentido metafórico. Outra limitação da analogia empregada aqui consiste no fato de a visão hegemônica acerca da clínica ser a de um espaço emblemático de aplicação exitosa do saber científico compreendido em termos positivistas (conhecimento verdadeiro, objetivo, neutro, imparcial etc.)³. Dificuldade essa que eu tentarei remediar, utilizando doses homeopáticas de uma visão que poderíamos denominar de construcionista social da clínica, a partir do momento em que começo a tratar das causas do problema.

Até chegar o momento de examinar a “etiologia” do problema, eu coloco-me, relativamente, fora do caso analisado; tal como se fosse um médico que crê ser possível

² Apesar de ser mais evidente no nosso tempo, o processo de transformar tudo em mercadoria é uma característica inerente ao capitalismo: “No anseio de acumular cada vez mais capital, os capitalistas buscam mercantilizar cada vez mais esses processos sociais [troca, produção, investimento etc.] presentes em todas as esferas da vida econômica. Como o capitalismo é centrado em si mesmo, nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão. O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo” (WALLERSTEIN, 2001:15). Mesmo sem deixar de reconhecer que as universidades públicas no Brasil ainda não são propriamente mercantis, não há como fechar os olhos para o fato de que a lógica do capital condicionar cada vez mais os processos sociais acadêmicos.

³ Doravante, eu usarei o termo “positivistas” entre aspas, pois ele costuma ser empregado com uma conotação que não faz jus à tradição positivista. Para começo de conversa, praticamente nenhum dos vários tipos de positivismo defendeu alguma modalidade de realismo, muito menos um realismo ingênuo. Fique claro que essa ressalva é feita com a “isenção” de quem não se reconhece como positivista.

e recomendável estar completamente apartado da situação concreta de adoecimento dos pacientes de modo a garantir a “objetividade” do diagnóstico e da terapêutica, atitude que parece ser adotada, *mutatis mutandis*, por grande parte dos avaliadores. Aqui, é quase desnecessário frisar que isso é, além de ilusório, indesejável. Sou um sujeito completamente implicado (*engagé*) no objeto aqui avaliado, até porque eu também serei objeto de avaliação, trienalmente. Mais precisamente, desde que, mesmo tendo sido recentemente, eu me tornei professor concursado de uma universidade pública, e já durante os tempos idos de mestrado e doutorado, tenho vivido na pele esse dilema, literalmente, ensandecido oriundo da correspondência biunívoca entre produtivismo e avaliação. Seria apropriado, portanto, asseverar que esse ensaio é escrito com sangue, lágrima e suor, e não com o olhar distanciado de quem aborda um objeto de modo neutro e imparcial: tenho lido avidamente sobre o tema, mas, aqui, espero empreender mais especificamente uma reflexão sobre minha própria convivência com colegas e amigos – tanto da instituição na qual trabalho, quanto de outros lugares - que experimentam os mesmos dramas que os meus no cotidiano do trabalho (especialmente na primeira parte do texto). A rigor, trata-se de uma tentativa de partilhar com a comunidade acadêmica a mais ampla possível, angústias, medos e dúvidas, como também, e principalmente, apostas, esperanças e (por que não dizer?) sonhos.

No primeiro momento, o recurso à analogia com a clínica nos levará a um diagnóstico do problema, seguido da análise dos seus sintomas; no segundo, inspirando-me em uma concepção ampliada da clínica, eu farei uma remissão às causas mais remotas, profundas e reais do caso; e, por fim, encorajado pelo receituário de outros estudiosos mais experientes e gabaritados, eu proporei uma terapêutica menos imediatista e reducionista comprometida com a ousadia e a coragem na luta por valores e ideias.

Diagnóstico: Síndrome da Ostensiva Mercantilização Acadêmica (SOMA)

Uma vez que um dos fenômenos de caráter mais mercantil do nosso tempo é o da exacerbada medicalização social capitaneada pelos laboratórios farmacêuticos – problemas até então vistos como sendo da vida normal de repente passam a ser tomados como doenças ou desordens médicas e, conseqüentemente, considerados passíveis de

serem tratados por meio de medicamentos⁴, o momento em que vivemos nas universidades e institutos de pesquisa poderia ser diagnosticado como aquele em que nós padecemos todos da Síndrome da Ostensiva Mercantilização Acadêmica (SOMA). Em tempos nos quais se dissemina feito epidemia uma espécie de síndrome das síndromes (a cada semana, “descobre-se” uma nova síndrome, geralmente de ordem psíquica), nós sofreremos de um mal-estar pós-moderno em que as instituições acadêmicas foram contaminadas pelo vírus da mercantilização da educação superior. Se tudo, incluindo a saúde, é suscetível a transformar-se em mercadoria, poderia a universidade continuar sendo uma intocável torre de marfim? Algum homem “são” imaginário nos provocaria. Provocações à parte, um tópico estratégico no qual aparece a questão da mercantilização da universidade de modo “claro e distinto” é o da avaliação acadêmica. Mais especificamente, a avaliação da pós-graduação será questionada aqui como um dos problemas embebidos no interior dessa síndrome maior “cunhada” de SOMA, acrônimo infelizmente perfeito para um tempo em que tudo é cálculo, conta e quantificação; em suma, soma.

“Normalmente”, a avaliação acadêmica é concebida como uma espécie de controle de qualidade da produção de conhecimento. Pouca atenção tem sido dada, entretanto, à *qualidade do controle*. Questões de fundamento nessas horas são incontornáveis: o que significa, para começo de conversa, “avaliar”? Será que os avaliadores costumam estar cômicos das questões que estão em jogo, ao fim e ao cabo, nos processos avaliativos? Se começar pela etimologia da palavra for um artifício pertinente, nós podemos dizer que avaliar vem de “a + *valere*”, verbo de origem latina que quer dizer julgar o *valor* de algo. Assim sendo, a temática dos valores se impõe, inevitavelmente, à questão da avaliação – avaliar é valorar. Qual vem a ser, por sua vez, o sentido de valor? Ora, não se trata aqui de recorrer à axiologia de maneira sistemática, caminho que nos desviaria muito da nossa meta principal, senão apenas aludir à ideia de que valores são referenciais responsáveis pela coesão social, em função justamente das *questões de sentido* para as quais eles nos orientam. Desse modo, esteja bem claro desde já que aqui valores não se limitam à esfera dos preceitos morais, tampouco dos “gostos pessoais”; na realidade, nós temos de valores estéticos a éticos, passando por valores epistêmicos e políticos: valores sendo, portanto, nossas crenças, interesses e

⁴ Para travar contato com uma obra sobre medicalização bastante reflexiva e abrangente, eu faço remissão a Peter Conrad (2007).

compromissos compartilhados mais recônditos, carregados de sentido e condicionantes do nosso conhecer (ciência/humanidades), sentir (arte/religião), agir (ética/direito), decidir (política) etc.⁵, cuja grande característica consiste na lacuna essencial entre o norte que projetamos e o *lugar* em que efetivamente estamos.

Na contramão da tese advogada acima, o advento do chamado projeto da modernidade estabeleceu uma profunda cisão entre o mundo dos fatos (reino da necessidade: leis naturais imutáveis) e o dos valores (reino da liberdade: motivações humanas particulares). Com o passar do tempo, o primeiro reino manteve no trono as ciências naturais e, o segundo, as ciências humanas e sociais; nessa “divisão feudal”, as primeiras puderam se vangloriar da posse de um conhecimento neutro e imparcial, ao passo que as últimas tiveram de se resignar com um conhecimento subjetivo e relativo. Mais recentemente, alguns têm tomado ciência de que essa demarcação de velhas fronteiras não passou de uma retórica muito bem articulada pelos modernos, tendo mais em vista fins políticos do que propriamente epistêmicos⁶. Até mesmo por trás dos números, pretensamente isentos de contaminação de quaisquer ordens, subjazem valores. Se isso é verdade, e estamos convencidos de que o é, a retórica atual em torno da fala de uma avaliação neutra de valores está, paradoxalmente, carregada de valores. Uma hipótese já testada por outrem comprovou a ideia de acordo com a qual os valores atuando por trás do jogo de encenação atual relativo à avaliação são de inspiração capitalista de clave neoliberal⁷. A despeito de a avaliação levada a termo hodiernamente ser tomada como imparcial, pautada em critérios matemáticos e estatísticos e, portanto, considerados científicos e objetivos, o que temos, em verdade, é a distorção do processo avaliativo acadêmico, em que os valores que realmente importam são, com perdão da aparente contradição, solenemente desvalorizados. O que eu proponho, em contrapartida, é que passemos daquilo que poderíamos classificar como uma avaliação

⁵ Cabe a observação de que essa divisão sofre de grande artificialidade, no sentido de ser um recurso empregado em virtude da necessidade de simplificação na exposição das ideias: na ciência, por exemplo, há sensibilidade, assim como na arte há racionalidade.

⁶ Conferir, por exemplo, Bruno Latour (1994).

⁷ Marcos Barbosa de Oliveira (2008) elenca três razões a influenciar, direta ou indiretamente, o que ele denomina de “surto avaliatório neoliberal” de inclinação quantitativa no interior das universidades: 1- o predomínio do ideário e prática mercantilista e neoliberal; 2- o viés matemático-quantitativo da ciência moderna; 3- e a nova organização taylorista do trabalho acadêmico.

conduzida sob a ótica reducionista dos valores de medida (números) para uma avaliação ampliada guiada pelos valores como medida (ideias)⁸.

Hoje, inegavelmente, uma das coisas mais medidas pela lógica quantitativa é o artigo científico, principal “mercadoria” a pesar na balança avaliativa⁹. Tanto assim que, dos quesitos que costumam pontuar na avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela Capes, na maioria dos casos eles podem ser reduzidos, no final literal das contas, à produção de *papers*. De fato, embora os itens e os seus respectivos percentuais variem de acordo com as áreas, podemos supor uma média por alto (sem preocupação com a fidedignidade estatística, até porque nosso ponto aqui é outro): corpo docente (20%); corpo discente (30%); produção intelectual (40%); e inserção social (10%). Ora, em que pesem os diversos subitens computados em cada um dos quatro itens, a conclusão é insofismável: as principais credenciais de um corpo docente é justamente a produção intelectual; as dissertações e teses dos discentes estão cada vez mais virando artigos; a produção intelectual mais valorizada também é a publicação de artigos (participação em eventos, por exemplo, contam muito pouco); logo, restariam apenas os 10% da inserção social – se é que sobram de fato – do total do percentual estimado que não diz respeito diretamente à publicação de artigos.

“Avaliar é preciso”: a pretensão é a de que haja precisão matemática nos critérios de avaliação da publicação de artigos, a partir de indicadores bibliométricos¹⁰.

Viver não é preciso: é possível avaliar a vida acadêmica dos docentes – cuja seiva vivificadora deveria ser o cultivo dos valores humanos em sentido amplo – sob o crivo praticamente exclusivo dos números?

⁸ Obviamente, essa proposta não significa uma negação da relevância dos números; o que se quer apenas é apontar na direção de um uso não ingênuo de valores quantitativos, como se eles “falsassem por si mesmos”, ou como se a qualidade pudesse ser reduzida, exclusivamente, a parâmetros matemáticos. É preciso começar reconhecendo inclusive que os próprios números já são “qualitativos” e, portanto, valorativos. Existe concretamente, por exemplo, o número sete? Eis a questão que perturba os filósofos da matemática há tempos.

⁹ Não se pode perder de vista o fato de que, mais do que o artigo, o grande alvo a ser atingido pela nova organização de conhecimento conduzida sob os auspícios dos valores econômicos é a produção de patentes, área em que o sistema de CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação) do Brasil ainda encontra-se no “CTI” (Centro de Tratamento Intensivo).

¹⁰ Para uma avaliação crítica da avaliação acadêmica pautada nos índices bibliométricos, eu recomendo fortemente a leitura atenta de um debate (a discussão dos outros autores segue na sequência do artigo original) suscitado pelo artigo de Camargo Jr. (2013), bem como a corajosa carta aberta também baseada no artigo e assinada por Castiel, Moraes & Silva: <http://www.rededepesquisaaps.org.br/2014/03/10/o-gereencialismo-utilitarista-na-producao-academica-em-saude-coletiva-a-importancia-de-ensaios-criticos/>.

A questão é que, embora se argumente o contrário, a ontologia social do presente acadêmico consiste em uma avaliação, em certo sentido, de matiz “positivista”: a produção acadêmica dos cursos de pós-graduação é avaliada à luz de metas a serem batidas através dos critérios adotados pelo QUALIS CAPES¹¹. A premissa oculta (ou pelo menos não explicitamente declarada) subjacente aqui parte da assunção segundo a qual é necessário classificar o nível dos cursos (notas de 3 a 7), a fim de que se possa distribuir os escassos recursos financeiros em consonância com o princípio da meritocracia: os melhores mereceriam ganhar uma fatia maior do bolo, cuja massa, aliás, seria gerada em parcela considerável pela própria academia.

Além dos cursos coletivamente, os professores individualmente costumam ser avaliados no interior dos programas ao qual pertencem. O problema é que, nessa lógica concorrencial e competitiva, os “sarrafos” (pontos de corte) das tais medianas das áreas estão subindo paulatinamente, onde parece ser o céu o limite¹². Programas de pós-graduação em geral e professores em particular precisam fazer o árduo dever de casa, com o intuito de poderem ser bem avaliados, sob pena de serem descredenciados ou ficarem fora do corpo docente permanente, respectivamente. Só para dar uma ideia do quão difícil é a concretização da tarefa: na saúde coletiva (área onde eu atuo atualmente, embora tenha tido minha formação integral em filosofia – da graduação ao doutorado), dos cerca de setenta programas de pós-graduação do Brasil, apenas quatro conseguiram a almejada nota 7 na avaliação do último triênio (2010-2012). Mas, não é tão-somente difícil; para se obter uma boa avaliação, paga-se um preço alto, como veremos a seguir. A inquietação que emerge desde já é a seguinte: vale a pena pagar tão caro em troca de recursos tão parcos, ou mesmo se fosse o caso de eles serem abundantes?

¹¹ O QUALIS CAPES é o grande responsável pelo ranqueamento das revistas científicas (de A1 a C, com a pontuação dos artigos sendo respectiva à classificação da revista). Independentemente da variabilidade das bases bibliométricas e da multiplicidade dos indicadores, o ponto é que o nivelamento das revistas ancora-se, em grande medida, na ideia de fator de impacto ou índice de citação. Pouco se discute, todavia, sobre a aposta complicada de se inferir a qualidade dos trabalhos a partir de uma base tão frágil. Há vários problemas nos mecanismos atrelados ao fator de impacto, a começar pelo fato de, por exemplo, um texto poder ser muito citado por se tratar de uma fraude, e não por trazer uma grande contribuição ao conhecimento (vide o famoso *Caso Sokal*, autor que tem um dos artigos mais citados mesmo sendo um embuste autodeclarado). Propondo uma taxonomia da prática de citação, Erikson e Erlandson (2014) demonstram o quão difícil é extrair qualquer conclusão acerca da motivação relativa à citação, uma vez que, segundo os autores, existem pelo menos quatro principais razões que instam os autores a citarem uns aos outros: argumentação, alinhamento social, alinhamento mercantil e dados.

¹² Devo essa formulação a falas de Jane Russo e Sérgio Carrara, ambos colegas do corpo docente do IMS.

Em suma, eis o diagnóstico: sofremos de SOMA¹³, síndrome que será um pouco mais auscultada quando examinarmos suas principais causas. Antes, porém, tratemos dos seus sintomas (infelizmente, em alguns casos, sintoma aqui será empregado em sentido literal).

Sintomas: Inversão de Valores, Corrosão do Caráter, Sofrimento etc.

Sendo *valores* o conceito-chave desse ensaio, nós podemos dizer que um dos primeiros sintomas apresentados por essa avaliação atrelada à SOMA reside em uma inversão crônica de valores desencadeada por uma sanha desenfreada pela nota 10 (ou melhor, nota 7)¹⁴. Com efeito, a pesquisa, que deveria formar um binômio indissociável com o ensino, passa a exercer uma supremacia velada; a formação cidadã foi tomada de assalto pela preocupação com a aquisição de uma expertise adstrita a algum setor do mercado; a despeito do discurso oficial em prol da interdisciplinaridade, os campos científicos estão se tornando cada vez mais disciplinares¹⁵; as atividades de cunho “administrativo” (*e.g.*: preencher plataformas de base de dados, como o Lattes) passam a ter uma cobrança igual ou maior do que as questões acadêmicas propriamente ditas; e assim sucessivamente. Tudo isso amalgamado pelo cimento do valor econômico.

Além da inversão crônica de valores, com suas respectivas mudanças na prática efetiva, nós podemos dizer que há uma corrosão do caráter (social) acadêmico como consequência do produtivismo, o que pode ser percebido a partir da menção a seis transformações significativas ocorridas mais recentemente¹⁶ (perceptíveis a olho nu, ou desde que não se tenha ouvidos moucos às justas lamúrias dos colegas; até porque quem não se lamenta com ninguém que atire a primeira pedra):

¹³ Haveria alguma “soma”, tal como no distópico *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, para nos curar de SOMA?

¹⁴ Essa inversão me faz lembrar uma letra genial de uma música intitulada “Estudo Errado” do 2º CD (“Ainda é só o começo”) do cantor e compositor Gabriel O Pensador, em que ele, ao se colocar na posição de um aluno fictício chamado Juquinha, faz uma crítica contundente do sistema educacional brasileiro baseado na “decoreba” e no primado da nota independentemente do conteúdo do que é aprendido, cujo refrão já dá uma ideia do tom irreverente da canção: “Manhê! Tirei um dez na prova/Me dei bem, tirei um cem e eu quero ver quem me reprova/Decorei toda lição/Não errei nenhuma questão/Não aprendi nada de bom/Mas tirei dez”.

¹⁵ Nilson do Rosário Costa (2012) problematiza essa questão no campo da saúde coletiva.

¹⁶ Analisando o contexto social mais amplo, Richard Sennett (2002) demonstra, de modo brilhante, como a precarização do trabalho no “novo capitalismo” tem modificado os valores e o modo de ser das pessoas. Lá como aqui, a expressão “corrosão do caráter” não possui nenhuma conotação de julgamento moral.

- 1- **Mais do mesmo: ciência (a)normal.** Apesar do discurso oficial de valorização da inovação, o que há amiúde são queixas se referindo ao caráter repetitivo dos artigos científicos, cuja leitura provoca a incômoda sensação de *déjà vu*. Sem querer justificar a “repetição da diferença”, não há como negar que fica praticamente inviável realizar algo significativo diante da obrigação de uma produtividade em escala quase industrial¹⁷.
- 2- **(Des)orientação: teses sem “teses”.** Devido ao fato de os docentes precisarem dispor de cada vez mais tempo para a pesquisa e produção de artigos, os mestrandos e doutorandos acabam contando com cada vez menos tempo de orientação, o que tem comprometido em grande parte a qualidade das dissertações e teses.
- 3- **Seleção natural de uma espécie de aluno: “artiguista” em potencial.** Um corolário decorrente do problema apontado no item 2 acima é a “formação” de pesquisadores que darão continuidade a essa lógica¹⁸.
- 4- **Competição inter/intra: “inimigos” de fora e de dentro.** Conforme já indicado, o sistema de avaliação produz competitividade; por isso, em que pese a valorização oficial dos projetos colaborativos entre distintas instituições, os programas se veem como concorrentes na busca por recursos, assim como os docentes de um mesmo programa competem por prestígio interno e posições de destaque na pós-graduação.
- 5- **Ranqueamento institucional/individual: publico, logo existo.** Na mesma direção do item anterior, é preciso estar bem posicionado para se angariar capital simbólico e capital financeiro.
- 6- **Mais com menos e menos com mais: mais textos e mais autores.** Por fim, e não menos importante, a atual lógica do sistema avaliativo vem propiciando uma mudança radical no próprio *modo de produção* de artigos, bem como nas *relações de produção*; de fato, por um lado, adota-se o estratagema de publicar

¹⁷ Perguntado sobre o fato de ter começado a exercer um papel político maior como intelectual a partir dos anos 90, Milton Santos (2000: 119) afirmou o seguinte: “Eu me preparei, porque estudava, lia, viajava, me preparei e esperei. Acho que esse é o problema atual da produção acadêmica, essa dificuldade de poder se preparar e esperar. Não se pode mais esperar (...)”.

¹⁸ É quase desnecessário discorrer sobre a importância da publicação, especialmente no que diz respeito à disseminação do conhecimento que ela, em tese, propicia.

um mesmo trabalho em várias partes (*salame science*), por outro, mesmo áreas tradicionalmente caracterizadas por trabalhos mais *autorais*, tais como as ciências humanas e sociais, têm produzido artigos com um número crescente de autores – “estratégias de publicação”¹⁹?

Juntamente com as transformações elencadas, os docentes vêm adotando, para sobreviverem nessa selva de pedra que virou a universidade, pelo menos seis estratégias (individual e/ou coletivamente) que funcionam como uma espécie de automedicação em várias gradações (de doente passivo à sanidade ativa)²⁰:

- 1- **Identificação: beneficiando-se com o jogo.** Para aquelas áreas em que a quantidade de publicação é tradicionalmente maior, acaba sendo mais vantajosa uma avaliação que não leva muito em consideração as diferenças paradigmáticas dos campos científicos. Círculo “virtuoso”: quanto mais “saber”, mais poder; quanto mais poder, mais “saber”²¹.
- 2- **Sujeição: seguindo as regras.** Há docentes (e programas?) que tentam “simplesmente” cumprir o que está previamente proposto nos critérios de avaliação.
- 3- **Adaptação: mudar por dentro?** Há docentes e programas que obedecem às regras de avaliação, quiçá visando a se qualificar (tirar notas altas) para sentirem-se “gabaritados” a sugerir modificações subsequentemente.
- 4- **Marginalização: fora do jogo.** Talvez mais comum em atitudes individuais isoladas, há situações em que as pessoas optam por não compactuarem com aquilo que veem como uma rendição da universidade aos ditames da lógica capitalista e se colocam à margem, mesmo pertencendo às vezes a instituições em que só há pós-graduação, o que significa abrir mão plenamente da docência (uma das causas mais visíveis de adoecimento e sofrimento dos professores).

¹⁹ Pior é saber que grande parte do que é produzido acaba não circulando, ao menos a julgar pelos indicadores de citação. Há quem estime que em torno de 90% dos artigos científicos não são citados. Talvez, por isso, autores como Steve Fuller (2000) se questionam se hoje não deveríamos nos preocupar mais com a distribuição do que com a produção do conhecimento.

²⁰ É quase desnecessário afirmar que as descrições dessas estratégias não passam de tipos ideais em sentido weberiano, isto é, elas são abstrações que servem apenas para nos fornecer uma ideia geral dos casos concretos e particulares, sempre mais complexos e jamais tão delineados.

²¹ Ao menos nas áreas de ciências humanas e ciências sociais, a valorização do livro e capítulos de livro é de suma importância. Seja como for, prender-se a isso ainda é estar atado à lógica produtivista.

- 5- **Rebeldia: desrespeitando as regras.** Normalmente, essa estratégia é adotada pelas pessoas individualmente, até porque os programas correm o sério risco de serem descredenciados, caso não observem as regras pré-estabelecidas.

- 6- **Resistência ativa: luta por novas regras.** Professores e programas podem adotar a estratégia de empreenderem uma luta coletiva em prol de novas regras, adotando uma tática de propor mudanças pontuais de curto prazo, sem deixar de lado uma preocupação com uma transformação mais radical a médio e longo prazo.

Não bastassem as distorções de caráter ético-epistêmico, bem como as estratégias de “automedicação” adotadas por docentes e programas, causa maior preocupação ainda outro sintoma de SOMA. Desafortunadamente, nesse caso, trata-se de adoecimento no sentido denotativo da palavra, e não figurado. De fato, se tirássemos um Raio-X da saúde dos docentes, verificaríamos que o quadro é literalmente crítico²². Com as mudanças pelas quais a pós-graduação vem passando nas últimas décadas, os docentes começam a viver sob a égide de um paradoxo angustiante: a relação de dor e prazer do ofício (COUTINHO, MAGRO, BUDDE, 2011; SILVA Jr., 2009). Para tanto, tem contribuído enormemente o processo de precarização e de sobrecarga do trabalho, ocasionando um grande sofrimento psíquico (ARBEX, SOUZA, MENDONÇA, 2013; GRADELLA Jr., 2010). Combinado com o processo exagerado de medicalização da vida, é sabido que os docentes vêm fazendo uso progressivo de medicamentos, tanto para atenuar o sofrimento causado pelas condições adversas de trabalho, quanto para aguçar a capacidade cognitiva, com vistas ao aumento de sua “produção de conhecimento”.

Para completar nosso crítico quadro clínico, a vida pessoal e social dos docentes tem sido sequestrada, “graças” ao novo tempo do mundo em que vivemos, no qual somos ocupados sempre mais com atividades relativas ao trabalho²³. Trabalho esse que

²² No momento, eu sou um dos colaboradores de um projeto de pesquisa denominado “Olhares sobre a nova organização do trabalho docente universitário: desenvolvimento de tecnologias de pesquisa e intervenção em saúde”, coordenado pela Profa. Dra. Katia Reis de Souza, a quem aproveito o ensejo para agradecer de modo especial por ter me introduzido ao campo da Saúde do Trabalhador.

²³ Obviamente, o trabalho em tempo integral não constitui um “privilégio” daqueles ocupados com o chamado trabalho imaterial. Para os interessados na relevante temática acerca do trabalho, eu me permito recomendar os trabalhos dos autores brasileiros ligados à sociologia do trabalho: Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Ruy Braga, entre outros.

não nos deixa descansar nem mesmo nos finais de semana, feriados, férias etc. E o pior é que grande parte desse trabalho é realizado com a sensação desoladora de perda de tempo, uma vez que, em grande medida, fazemos um somatório de miudezas desimportantes no ganha-pão nosso de cada dia. Sem querer soar conspiratório, não há como não pensar que o sistema quer justamente nos ocupar em tempo integral com (in)utilidades, de modo a não dispormos mais de espaço para pensar – na acepção estrita da palavra, especialmente neste que é o *locus classicus* da atividade do pensamento – a universidade. Até porque isso poderia colocá-lo em risco.

Pensando em um prognóstico de curto e médio prazo, há no mínimo quatro posturas (aqui, fui livre e totalmente inspirado em Gramsci, que, obviamente, daria a vida pela quarta opção) a serem adotadas diante dessa assoladora realidade:

- 1- **Pessimismo da razão e da ação:** a situação vai piorar e não há nada a fazer;
- 2- **Otimismo da razão e da ação:** a situação vai melhorar e é possível fazer algo;
- 3- **Otimismo da razão e pessimismo da ação:** a situação vai melhorar, mas não é possível fazer nada;
- 4- **Pessimismo da razão e otimismo da ação:** a situação deve piorar, mas há muito o que fazer.

Etiologia: Nêmesis da Doença

Em *A Expropriação da Saúde: Nêmesis da Medicina*, Ivan Illich defendeu uma tese assaz polêmica justamente em um momento no qual a medicina estava quase atingindo o auge da aura de saber bem-sucedido em função do seu avanço tecnológico e científico; qual seja: para ele, ao contrário da concepção hegemônica, a medicina era uma das principais causas de morbidade e mortandade (iatrogenia), ao invés de ser responsável pela qualidade de vida ou bem-estar das pessoas. Nessa obra, ele analisou o que chamou de iatrogênese clínica, iatrogênese social e iatrogênese estrutural. Independentemente de entrar nos meandros de sua rica e controversa argumentação, o fato é que Illich, juntamente com Canguilhem e Foucault²⁴, para citar apenas três,

²⁴ É claro que os três autores referidos apresentam disparidades entre si. Foucault (2010), por exemplo, comentando o referido livro de Illich, defendeu tese oposta: o dilema não estaria no fato de a medicina errar e ser causa de males (iatrogenia negativa), mas, sim, o grande perigo residiria na possibilidade real

deixaram uma marca indelével nas pessoas que, no Brasil, fundaram o campo da saúde coletiva²⁵, incluindo em seu bojo a nova forma de pensar sobre a clínica; naquele momento, esta última já não era mais concebida em moldes “positivistas”: mais do que atender para as causas biomédicas das doenças, buscava-se defender uma saúde em sentido ampliado, além do paradigma reducionista e mecanicista, de viés individualizante e biologizante. Os aspectos psicológicos, sociais, culturais, políticos, econômicos, dentre outros, passaram a ser vistos como fundamentais para se compreender esse fenômeno complexo chamado “saúde”; daí a importância que as ciências humanas e sociais, além das ciências políticas, começaram a exercer nesse campo. Essa ligeira digressão me permite afirmar que, para entender o “caso clínico” examinado por ora, nós precisamos “cuidar” das suas causas mais amplas e profundas ao mesmo tempo: saíamos, então, das causas mais superficiais atreladas ao “corpo físico”, com o fito de perscrutar os “determinantes sociais e políticos” de SOMA.

Se colocarmos SOMA inserida dentro de um contexto histórico-social mais amplo, nós não podemos deixar de mencionar os modelos de universidade que surgiram ao longo da modernidade. Ora, em que pese a influência notória dos modelos francês, americano e inglês, o modelo alemão costuma ser considerado a principal fonte de inspiração das universidades modernas, inclusive daquelas situadas na América Latina e no Brasil; até porque, o modelo alemão (ou modelo humboldtiano) serviu de alicerce para a criação daquela que costuma ser considerada a primeira universidade moderna – a de Berlim, em 1808. Como o nome pelo qual ele também é chamado permite antever, o filósofo Wilhelm Von Humboldt foi o grande responsável pela sua formulação (e implementação, como funcionário do governo) por intermédio do seu clássico texto conhecido como “A ideia de universidade”, embora possua um título diferente. Texto este em que Humboldt (2003), dentre outros princípios e ideias, desenvolve as seguintes teses: binômio indissociável ensino-pesquisa, necessidade da interdisciplinaridade, relevância da autonomia (liberdade acadêmica), formação integral do homem e, por último e talvez mais importante, cultivo do bem moral e intelectual da nação (missão da universidade).

de que a biogenética emergente naquele momento acertasse (iatrogenia positiva), o que acabou sendo “profético” sob certos aspectos.

²⁵ Campo caracterizado por grande interdisciplinaridade (há pessoas com formação em medicina, enfermagem, nutrição, psicologia, antropologia, filosofia, sociologia, história, economia, biologia, matemática e estatística, entre outras áreas do saber) e composto por três grandes subáreas: epidemiologia, ciências sociais e humanas em saúde e política e planejamento em saúde.

Ainda que o próprio Humboldt já tivesse sinalizado no referido texto, que é a pedra angular da arquitetura acadêmica moderna, o dilema “autonomia acadêmica *versus* dependência financeira” da universidade, ele só começou a ganhar delineamentos mais nítidos posteriormente. No início do século XX, por exemplo, Weber (2011) já nos advertia sobre o perigo que corria a “ciência como vocação”, ao se adotar modelos que apostavam na especialização exacerbada em razão da necessidade de se formar pessoas, permitam-me o anacronismo, pensando somente no mercado. Preocupado com a “massificação” da universidade, Ortega y Gasset (1982) fez um alerta (silenciado) atinente ao drama de a universidade abandonar sua “verdadeira missão” de transmitir a “alta cultura”, passando a se ocupar tão-somente da formação de técnicos. Para não conjecturarmos que esses são somente posicionamentos de “conservadores”, cabe lembrar também de dois dos heróis da resistência mais contemporâneos que se insurgiram contra a sujeição da universidade aos imperativos utilitaristas do capitalismo: Boaventura de Sousa Santos (1995 e 2004) chamou a atenção para os três tipos de crise pelas quais a universidade atravessa sua *via crucis* (crise de hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional), propondo como saída passarmos da ideia de universidade para a universidade de ideias (pluriversidade/ecologia dos saberes).

Derrida (2003) repensou, em bases contemporâneas, um tema clássico formulado por Kant. De fato, se por um lado, o título “A Universidade sem condição” do seu livro parece brincar com a ideia de que a universidade tem cada vez menos condições financeiras de autogestão, por outro, ele discute a velha e atualíssima questão da importância de uma liberdade incondicionada de pensamento. Brincando seriamente com as palavras: é possível não ter condições (interferências externas) sem ter condições (recursos materiais), quando o que se quer é pesquisar o que se quer?

Infelizmente, o ideário que ronda a academia *hic et nunc* vai na direção contrária dos modelos que se inspiraram na letra e no espírito do texto de Humboldt. Com efeito, nós vivemos em um tempo que poderíamos chamar de *moda dos modos*: entre outros candidatos, Gibbons *et al.* (1994) e Nowotny *et al.* (2001) propuseram um “novo” modo de produção do conhecimento pretensamente voltado para o seu “contexto de aplicação” (“Modo 2”); Etzkowitz (2009) defendeu um outro modo cunhado de “Hélice Tríplice” (Universidade-Indústria-Governo) como suposta mola propulsora de inovação e empreendedorismo. Sem entrar nos pormenores dessa temática por ora, o ponto em jogo

aqui remonta à ideia de sociedade de conhecimento (radicalização mal compreendida do lema “saber é poder”): entre outras questões que estão atreladas a ela, subjaz a ideologia de que as instituições acadêmicas deveriam contribuir decisivamente com a economia em plena “era do conhecimento”²⁶. Em termos mais exatos, o sistema de CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação) passou a ser reputado como setor estratégico para o desenvolvimento econômico dos países. A palavra de ordem nesse contexto começa a ser “inovação”; termo esse que, devido ao desgaste com seu uso abusivo, torna irresistível o trocadilho: “inovação” carece de inovação. Ao fim e ao cabo, como tem demonstrado Serge Latouche e muitos outros autores, a inovação está diretamente ligada a um dos principais pilares do sistema capitalista selvagem contemporâneo, a saber: a obsolescência programada acelerada, acompanhada de suas nefastas consequências sociais e ecológicas²⁷.

Não bastasse o discurso carregadamente ideológico gravitando em torno da ideia do conhecimento como servo da economia, as mudanças que as relações perigosas entre academia e indústria têm ocasionado na prática causam uma profunda sensação de inquietude, para dizer o mínimo. Sem querer “moralizar” o problema, deve nos preocupar o fato de estar surgindo na universidade uma espécie de *ethos* sem ética, com licença para o oximoro. Algumas vozes lúcidas, embora dissonantes, têm procurado abrir nossos olhos para a subversão dos princípios institucionais acadêmicos mertonianos (comunalismo, universalismo, desinteresse e ceticismo organizado) forjada pelo casamento de conveniência entre academia e indústria (ZIMAN, 2000; KRIMSKY, 2003; RESNIK, 2007; LACEY, 2008)²⁸. A força da grana está destruindo a coisa mais bela, o conhecimento. Na área da saúde chega a parecer uma doença crônica: a indústria farmacêutica tem cooptado profissionais de saúde, pesquisadores, agências reguladoras

²⁶ Comentando a situação da reforma europeia do ensino superior – vista por ele como um ataque ao “uso da razão pública” formulado por Kant –, Zizek argumenta, com seu modo arguto que lhe é peculiar, em prol da importância de não sucumbirmos ao utilitarismo contemporâneo: “É por isso que os esquerdistas que afirmam que a busca de questões filosóficas ‘puras’ (como tratar da Ideia de comunismo) é cada vez mais inútil, e que deveríamos passar para questões políticas concretas, ignoram como a questão é avaliada pelos que estão no poder: essas reformas não seriam a prova manifesta de que quem está no poder conhece muito bem o potencial subversivo dos raciocínios teóricos aparentemente ‘inúteis’?” (ZIZEK, 2012: 229).

²⁷ Para uma primeira aproximação com as ideias acerca do “decrecimento sereno” (saída do ideário de progresso da modernidade), ver Latouche (2009).

²⁸ John Ziman, por exemplo, argumenta que o acrônimo CUDOS (iniciais de comunalismo, universalismo, desinteresse e ceticismo organizado) foi substituído pelo de PLACE (iniciais de proprietário, local, autoritário, comissionado e especializado). Trocando em miúdos metafísicos, sua tese é a de que estamos passando de uma fase de um conhecimento público para um conhecimento privado. Para um contato com as ideias de Ziman, ver Verusca Reis e Antonio Videira (2011).

e usuários/consumidores (ANGELL, 2009). Os conflitos de interesse (leia-se avidez pelo lucro, a qualquer preço) se tornam cada vez mais patentes na corrida maluca pelo novo eldorado que são as patentes: oculta-se ou se forja resultados de pesquisa, de acordo com as conveniências (RAMPTON & STAUBER, 2001; MICHAELS, 2008; ORESKES & CONWAY, 2010; POTTER, 2010).

Isso, contudo, ainda é só o começo. Na minha avaliação, o que nós precisamos fazer coletivamente é uma reflexão – sob a perspectiva de amplitude da coruja (filosofia) e de profundidade da águia (ciências), concomitantemente – sobre o atual processo de mercantilização de todas as esferas da nossa existência²⁹; e isso sem pudores para designá-lo de capitalista, em vez de recorrer a eufemismos como “neoliberalismo”. Isso não significa deixar de reconhecer a especificidade do capitalismo em seu atual estágio de acumulação, no qual impera a observância quase religiosa do decálogo pontificado pelo “Consenso de Washington”, mesmo com as louváveis resistências em todas as partes do mundo, incluindo o Brasil³⁰. Seja como for, o que me interessa ressaltar aqui são dois “princípios” interligados do capitalismo atual que atuam mais diretamente nas instituições acadêmicas, notadamente nos processos de avaliação; quais sejam: o “gerencialismo” e o “auditorialismo”. Diretamente ligado ao novo espírito do capitalismo, o “gerencialismo” (emprega-se amiúde a palavra gestão) apregoa a administração pautada em resultados, tendo em vista os “princípios” da “eficiência” e “efetividade” (“cada vez mais com cada vez menos”), sem atentar, por exemplo, para os princípios de legitimidade e de precaução³¹; o “auditorialismo” não chega a ser explicitamente defendido – por que dizer abertamente que estão nos vigiando e controlando por intermédio de um panóptico global? –, mas, no caso da universidade, basta lembrar a quantidade imensa de formulários e relatórios que é preciso preencher. Aqui também a inspiração religiosa é a lei: trabalhai e vigiai!³²

²⁹ Bauman (2008) desenvolve o argumento de acordo com o qual nós mesmos estamos nos transformando em mercadorias a serem consumidas.

³⁰ Apesar do uso do termo rechaçado acima por mim, o livro *A Brief History of Neoliberalism*, de David Harvey, como o próprio título já sugere, supre-nos com uma bela introdução ao capitalismo do final dos anos 1970 em diante.

³¹ Sobre a influência da gestão empresarial dos anos 1960 e 1990 no nosso imaginário social, conferir a iluminadora obra de Boltanski e Chiapello (2009), especificamente o capítulo 1.

³² A associação entre capitalismo e religião remonta pelo menos a Weber. Penso que, dentre os vários autores que tratam dessa “estranha” relação, Walter Benjamin (2013) é uma referência incontornável.

Creio que há pelo menos quatro grandes desafios para nós professores das universidades brasileiras buscarmos soluções genuinamente inovadoras: [1] O de pensar sobre a criação de um modelo próprio de universidade para o Brasil que, talvez, não possa mais ser inspirado nem mesmo na Europa, atualmente cada vez mais distante do ideário humboldtiano. Haja vista a adesão dos países da União Europeia ao chamado Processo de Bolonha, que não passa de uma tentativa de radicalizar o processo de mercantilização da universidade com o intuito de competir com as instituições acadêmicas norte-americanas³³. [2] Um corolário que emana desse primeiro desafio é o de voltarmos a empreender uma ampla e profunda reflexão sobre os fundamentos da ideia de universidade. Eis algumas questões fundamentais, a meu juízo: malgrado a impossibilidade de se poder recorrer a uma concepção unificada, quais seriam os pontos em que poderíamos obter um consenso acerca da natureza e escopo do conhecimento científico? Qual a relação que o conhecimento científico deveria manter com outras práticas? Qual relação deveria ele cultivar com a sociedade? E, por último e não menos importante, como tornar efetiva a importância da formação, inclusive na pós-graduação? [3] O de lutar contra a ideologia das PPPs (Parcerias Público-Privado). Malgrado o discurso oficial em prol da “parceria”, o processo de produção do conhecimento no Brasil é quase que integralmente público – sobretudo no que tange ao financiamento das pesquisas, embora as agendas de pesquisa e a distribuição dos “produtos” estejam cada vez mais privadamente determinadas. [4] O de saber quem é o verdadeiro “inimigo”. Em um nível mais imediato, nossos avaliadores são nossos próprios “pares”, que ocupam até mesmo posições de destaque na CAPES e outras agências³⁴. Não obstante, nossos colegas que nos avaliam – nós também avaliamos seus projetos, artigos, orientandos etc. – são meros “operadores” das regras que até aqui “nós” e “eles” demos apenas alguma ajustada, mas não foram seus criadores; tampouco nós mesmos.

³³No Brasil, já existe uma quantidade razoável de artigos científicos abordando o Processo ou Reforma de Bolonha, refletindo inclusive sobre as consequências nefandas da sua apropriação no nosso contexto local. Ver, por exemplo, Lima, Azevedo e Catani (2008).

³⁴Tanto assim que, em seu belíssimo artigo Prometeu Acorrentado, Madel Luz (2005: 52) nos advertia em tom provocador: “Esses são os ‘pares’ que avaliam em suas áreas de competência seus colegas, não raro seus competidores. É verdade que muitas vezes procuram ter a visão de sua área como um todo, para que a ‘média produtiva’ da mesma seja respeitada, mantendo uma perspectiva abrangente da produtividade em seu campo. Mas é também certo que muitas injustiças contra pesquisadores/docentes com méritos são cometidas pelo rigor excessivo dos seus pares. Por isso consideramos, voltando ao tema introdutório de nosso trabalho, que o abutre mitológico mencionado na primeira página é representado atualmente pela própria comunidade científica, que, ratificando o poder olímpico do Estado, devora continuamente o fígado dos pequenos Prometeus da pesquisa, sem se dar conta de sua atitude autofágica”.

Terapêutica: Doses Regulares e Ininterruptas de Valores

Talvez sair de uma avaliação pautada nos valores de medida para uma conduzida pelos valores como medida não possa acontecer repentinamente. É provável que essa mudança requeira tempo e, sobretudo, uma luta coletiva empreendida por todos nós que acreditamos na velha e boa ideia de universidade: local de exercício pleno do pensamento incondicionado – *sub judice* primeiramente da própria “comunidade científica”, bem como de grande responsabilidade social e *política*. A minha profissão de fé, por assim dizer, consiste na crença do retorno do seu verdadeiro sabre de luz: a luta por ideias e valores travada com ideias e valores, especialmente em um momento de mundo em transe no qual nós vivemos. Mais do que nunca, faz-se necessário o bom combate por uma nova hegemonia de pensamento: vivemos sob a égide do ideário do capitalismo como único mundo possível. Ora, por ocasião da (des)comemoração dos 25 anos de queda do Muro de Berlim em 2014, é chegada a hora de nós fazermos uma reflexão coletiva sobre a derrota do socialismo, imbuídos do espírito da dialética: o futuro passado a limpo, sem evitar que desvelem os erros e sem deixar que mascarem os acertos.

Uma das tarefas mais relevantes que a universidade, tradicionalmente, desempenhou foi a da crítica independente. E é essa postura crítica que precisa voltar com força à nossa maneira de fazer pesquisa e de formar pessoas. Hoje, nós temos o mundo como se diz que ele é (o “admirável mundo novo” da ideologia dominante), o mundo como ele é (o mundo real da desigualdade crescente, da miséria mundial, do consumismo global etc.) e, outrossim, o mundo como ele deveria ser (mais justo, solidário e verdadeiramente livre). Destarte, tornou-se oportuno como nunca antes na história que nós lutemos no plano ideológico municiados com a arma da reflexão crítica: desmascarar a ideologia dominante e propor uma nova utopia possível é o grande desafio a ser construído coletivamente neste que ainda é um local apropriado para o não conformismo e para a não aceitação dos “argumentos de autoridade definitivos”.

Deixei por último a revelação da minha *premissa maior* que ficou oculta até aqui: eu acredito no poder da “microfísica” (nesse caso, pensar o problema da avaliação para transformá-lo), mas, acima de todas as coisas, eu boto muita fé ainda no poder da

“macrometafísica” (nesse caso, pensar os problemas do mundo para poder transformá-los). O que me dá alento é que, para a realização desse ambicioso sonho, nós da universidade podemos, agora, contar com um aliado que, quero acreditar, sempre buscamos ter (ele quer inclusive adentrar nossos muros, pois o “mundo lá fora” não aplaca sua fome de valores e sua sede de ideias): a multidão, o povo, os indignados, os manifestantes etc. Os nomes mudam, mas o ser é o mesmo: indivíduos organizados coletivamente sob novas formas que desejam a construção de um novo mundo comum, tendo os *valores como medida* como a medida de todas as coisas.

Agradecimentos

Um ensaio deste tipo não se redige a partir de leituras apenas, senão com base no convívio e discussão permanentes com colegas e amigos. Daí a necessidade de uma lista de agradecimentos relativamente extensa, embora não exaustiva, dirigida às pessoas com quem mais debati o tema do produtivismo e da avaliação, recentemente: agradeço aos colegas e amigos do Grupo de Estudos Sociais e Conceituais de Ciência, Tecnologia e Sociedade, especialmente àqueles com quem eu tive o privilégio de me reunir, no dia 19/09/2014, para discutir uma primeira versão do texto (Aécio Oliveira, Antonio Augusto Videira, Carlos Puig, Eduardo Gadret, Erika Takimoto, Felipe Falciano, Mariano David, Mônica Corrêa e Thompson Lemos); aos colegas e amigos do Grupo de Estudos sobre Ciência e Medicina, especialmente àqueles que leram a primeira versão do texto (Alden Neves, Clarice Rios, Kenneth Camargo Jr. e Márcia Viana); aos colegas de IMS, especialmente André Rios, Cláudia Moraes, Horácio Sívori, Jane Russo, Martinho Braga, Paulo Henrique Rodrigues, Rafaela Zorzaneli, Rosângela Caetano, Roseni Pinheiro, Ruben Mattos e Sérgio Carrara; aos alunos da pós-graduação do IMS, especialmente àqueles que me encorajaram a divulgar as ideias contidas aqui (Arthur Mattos, Carlos Rocha, Catalina Kiss, Daniela Lacerda, Gabriela Barreto, Kelliane Cruz e Leandro Gonçalves); aos amigos que sugeriram modificações preciosas no texto: Carlos Puig, Kenneth Camargo Jr. e Paulo Henrique Rodrigues; e, por último e não menos importante, ao amigo e Prof. Dr. Alain Giami (INSERM), ao amigo e professor Gustavo Bertoche (UNIG) e à companheira e Prof. Dra. Katia Reis (ENSP-FIOCRUZ), inspiradora do ensaio.

Referências bibliográficas

ANGELL, M. *A Verdade sobre os Laboratórios Farmacêuticos: como somos enganados e o que podemos fazer a respeito*. Tradução de Waldéa Barcellos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ARBEX, A.; SOUZA, K.; MENDONÇA, A. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública, *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 23 [1]: 263-284, 2013.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENJAMIN, W. *O capitalismo como religião*. Organização: Michael Löwy; Tradução: Nélio Schneider, Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAMARGO, K. Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil?, *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 29(9):1707-1730, set, 2013.

CASTIEL,L.;MORAES,D.;SILVA,C.<http://www.rededepesquisaaps.org.br/2014/03/10/o-gerencialismo-utilitarista-na-producao-academica-em-saude-coletiva-a-importancia-de-ensaios-criticos/>.

CONRAD, P. *The Medicalization of Society: on the transformation of human conditions into treatable disorders*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

COSTA, N. A avaliação da produção intelectual e o declínio da interdisciplinaridade na saúde coletiva, *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 22 [2]: 681-699, 2012.

COUTINHO, M.; MAGRO, M.; BUDDE, C. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários, *Psicologia: Teoria e Prática*, 13 (2): 154-167, 2011.

DERRIDA, J. *A Universidade sem condição*. Tradução: Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

ERIKSON, M.; ERLANDSON, P. A taxonomy of motives to cite. *Social Studies of Science*, Vol. 44(4) 625 –637, 2014.

ETZKOWITZ, H. *Hélice Tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em movimento*. Tradução: Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FOUCAULT, M. Crise da medicina ou crise da antimedicina, *Verve*, 18: 167-194, 2010.

FULLER, S. *The governance of science: ideology and the future of the open society*. Buckingham and Philadelphia: Open University Press, 2000.

GASSET, O. *Mision de la Universidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

GIBBONS, M.; LIMOGE, C.; NOWOTNY, H.; SCHWARTZMAN, S.; SCOTT, P.; TROW, M. *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: Sage, 1994.

GRADELLA, O. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual, *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 13, n. 1, pp. 133- 148, 2010.

HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press, 2005.

HUMBOLDT, W. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In: KRETSCHMER, J; ROCHA, J. C. de C. (Organização e tradução). *Um mundo sem universidades?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003. p. 79-100.

ILLICH, I. *A Expropriação da Saúde: Nêmesis da Medicina*. Tradução: José Kosinski de Cavalcanti. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

KRIMKY, S. *Science in the private interest: has the lure of profits corrupted biomedical research?* Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

LACEY, H. *Valores e atividade científica I*. 2ª. Ed. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2008.

LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LIMA, L.; AZEVEDO, M.; CATANI, A. O Processo de Bolonha, a Avaliação da Educação Superior e Algumas Considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v.13 (1): 7-36, 2008.

LUZ, M. Prometeu Acorrentado: Análise Sociológica da Categoria Produtividade e as Condições Atuais da Vida Acadêmica, *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15(1):39-57, 2005.

MICHAELS, D. *Doubt is Their Product: How Industry's Assault on Science Threatens Your Health*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2008.

NOWOTNY, H.; SCOTT, P.; GIBBONS, M. *Re-Thinking Science: knowledge and the public in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press, 2001.

OLIVEIRA, M. A avaliação neoliberal na universidade e a responsabilidade social dos pesquisadores, *scientiae studia*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 379-87, 2008.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the True on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. New York: Bloomsbury Press, 2010.

POTTER, W. *Deadly Spin: An Insurance Company Insider Speaks Out on how Corporate PR is Killing Health Care and Deceiving Americans*, New York: Bloomsbury Press, 2010.

RAMPTON, S.; STAUBER, J. *Trust Us, We're Experts! How Industry Manipulates Science and Gambles with Your Future*, New York: Penguin Putnam, 2001.

REIS, V.; VIDEIRA, A. John Ziman e a ciência pós-acadêmica: consensibilidade, consensualidade e confiabilidade, *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 11 (3): 583-611, 2013.

RESNIK, D. *The Price of Truth: How Money Affects the Norms of Science*. New York: Oxford University Press, 2007.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, M. *Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro, Record, 2002.

SILVA, J. O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado, *Revista Portuguesa de Educação*, 22(1), pp. 145-177, 2009.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Tradução: Renato Aguiar; revisão de tradução: César Benjamin e Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: Contratempo, 2001.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2011.

ZIMAN, J. *Real Science: What it is and What it Means*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ZIZEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.